DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura Municipal
de
Prado

ÍNDICE

DISTRATO
EXTRATO DE DISTRATO .....

LEI COMPLEMENTAR
LEIS MUNICIPAIS .....

EXTRATO DE DISTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ – 13.761.713/0001-10

PRADO
Nossa cidade, nosso orgulho.

TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 512/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 016/2026
CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PRADO/BA E A EMPRESA PNEUSUL COMERCIO DE PEÇAS E PNEUS LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PRADO/BA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 13.761.713/0001-10, com sede na Rodovia Prado/Itamaraju, Km 01 Lt 14, Prado/BA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. GILVAN DA SILVA SANTOS, brasileiro, casado, agente Público, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 07418897164 DETRAN/BA, inscrito no CPF sob nº 944.145.305-63, a seguir denominada apenas **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa **PNEUSUL COMERCIO DE PEÇAS E PNEUS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 43.718.116/0001-73, com sede na Av. Presidente Getúlio Vargas, nº 1055, Centro, Texeira de Freitas/BA, CEP 45.985 200, neste ato representado pelo Sr. Lucas Penha Marques, CPF sob nº 057.669.365-08, doravante denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente **TERMO DE RESCISÃO** ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

PROCESSO ADMINISTRATIVO - PA n° 030/2026 – Contrato nº 512/2026.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - Art. 138, I da Lei Federal Nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.0 O presente termo tem por objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, mecânica e elétrica, em veículos leves, micro-ônibus, ônibus, caminhões, caminhonetes, bem como serviços de guincho, demais atendimentos correlatos, destinados à manutenção da frota integrantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO
2.0 Por força do presente distrato, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no instrumento contratual ora rescindidas

2.1 O contrato celebrado entre as partes sob nº 512/2026, fica efetivamente distratado e revogado o valor de **R$ 18.387,36 (dezoito mil, trezentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos)**, correspondente ao saldo remanescente.

CLAUSULA TERCEIRA - FORO
3.0 As partes signatárias deste Contrato elegem o Foro da Comarca de Prado do Estado da Bahia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem assim acordados, assinam as partes contratantes o presente termo de anulação do Contrato Administrativo n° 512/2026, para que surtam seus efeitos legais.

Prado/BA, 01 de setembro de 2026.

GILVAN DA SILVA SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

PNEUSUL COMERCIO DE PEÇAS E PNEUS LTDA
CNPJ (MF) sob o nº 43.718.116/0001-73
CONTRATADA

Certificação Digital: OPDCCOSU-TIJDRBB4-5FZACCLD-2ANQHGDH
Versão eletrônica disponível em: https://www.prado.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

LEIS MUNICIPAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA DE PRADO
Nossa cidade, nosso orgulho.

LEI COMPLEMENTAR Nº 677/2026

Dispõe sobre pagamento de gratificação natalina e férias mais 1/3 para os cargos políticos de Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRADO, GILVAN DA SILVA SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei,

Art. 1º. Fica assegurado aos cargos políticos de Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais o pagamento de gratificação natalina e férias mais 1/3.

Parágrafo Único. O pagamento da gratificação natalinas e das férias com mais 1/3, observará o disposto no Art. 76 e 106, respectivamente, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Prado, Lei Municipal 17/1997.

Art. 2º. Não existirá afastamento do Prefeito Municipal para gozo de férias em razão da natureza gerencial do cargo, sendo-lhe assegurado, contudo, o respectivo pagamento ao final do mandato.

Art. 3º. As despesas para desta lei correção por dotação orçamentária própria consignada no orçamento em vigor ou através de abertura de crédito suplementar próprio.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prado, 27 de agosto de 2026.

Gilvan da Silva Santos
Prefeito do Município

1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA DE PRADO
Nossa cidade, nosso orgulho.

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 679/2026

Institui o Código de Obras com normas para expedição de alvará de construção, execução e fiscalização de obras em empreendimentos de urbanização e edificação, revoga a Lei Complementar nº 002/1993, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRADO, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, faço saber que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei institui normas para expedição de Alvará de construção, execução e fiscalização de obras e instalações em empreendimentos de urbanização e de edificação definidos na Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo no Município de Prado.

Parágrafo único. Para todos os efeitos esta lei fica denominada Código de Obras.

Art. 2º Todos os projetos de empreendimentos deverão estar de acordo com a Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo bem como, com os princípios previstos no Plano Diretor.

Art. 3º As obras de construção somente poderão ser executadas após expedição de Alvará pelo Órgão competente e mediante a assunção de responsabilidade técnica por profissional legalmente habilitado.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal assegurará às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, de acordo com o previsto na Lei Federal 11.888/2008.

Art. 4º Para os efeitos desta lei são adotados os valores de multas constantes no Anexo I.

CAPÍTULO II
Direitos e Responsabilidades

Seção I
Do Município

Art. 5º Cabe ao Município a aprovação do projeto de arquitetura e de urbanismo de empreendimentos, observando as disposições da Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo e deste Código de Obras, através de seus Órgãos competentes.

Parágrafo único. A execução de qualquer empreendimento obedecerá ao projeto aprovado pelo Órgão competente da Prefeitura Municipal.

Art. 6º A Prefeitura Municipal expedirá Alvará e fiscalizará a execução de obras em geral e a utilização das edificações.

§ 1º Compete também à Prefeitura Municipal fiscalizar a manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade dos empreendimentos de urbanização e de edificação.

§ 2º A tramitação e aprovação de qualquer empreendimento, se dará de forma independente em cada órgão competente da Prefeitura Municipal.

Seção II
Do Proprietário

Art. 7º O proprietário do imóvel ou seu sucessor, a qualquer título, é responsável pela observância das disposições deste Código e das Leis e regulamentos municipais pertinentes.

Parágrafo único. Compete ao proprietário ou seu sucessor, durante o período de execução de obras, fixar e manter placa com a identificação dos profissionais responsáveis pelo projeto e execução da obra, em conformidade com seus respectivos Conselhos, e placa com a identificação do empreendimento constando número das Licenças requeridas, em modelo fornecido pelo órgão competente da Prefeitura Municipal.

Art. 8º O proprietário do imóvel, ou seu sucessor, após o Habite-se, é responsável, a qualquer título, pela manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade do imóvel.

Seção III
Do Responsável Técnico

Art. 9º Somente poderão ser responsáveis técnicos por projeto ou construção de empreendimentos de urbanização ou edificação profissionais habilitados para estes fins de acordo com a legislação federal, inscritos no Órgão competente da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. O Profissional deverá anotar no projeto o número do Registro do Conselho do Profissional e o número de inscrição do cadastro municipal.

Art. 10. O profissional será excluído do registro profissional do Município nas seguintes situações:

I - por falecimento;

II - por pedido, por escrito, de cancelamento do registro, feito pelo Profissional;

III - por solicitação do Órgão fiscalizador do exercício profissional, fundamentado, na forma da legislação em vigor.

Art. 11. Ocorrendo à substituição do responsável técnico de uma obra de construção, o fato deverá ser comunicado à Prefeitura Municipal através de processo administrativo da iniciativa do próprio profissional ou do proprietário da construção.

Art. 12. O projeto de arquitetura, deverá ingressar no protocolo para o pedido de Alvará de construção, constando as assinaturas do proprietário da obra, do seu autor e do responsável técnico pela execução da obra, com as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT.

Parágrafo único. Na ausência do responsável técnico, o projeto arquitetônico, poderá ingressar no protocolo para o pedido de Alvará de construção, constando apenas a assinatura dos seus autores, estando o proprietário do imóvel, obrigado, para dar início à execução das obras, a indicar, ao Órgão competente da Prefeitura Municipal, o responsável técnico através de processo administrativo.

CAPÍTULO III
Do Processo Administrativo

Seção I
Das Licenças, Prazos e Revalidação

Art. 13. Nenhuma obra de construção, reconstrução, demolição, reforma e acréscimo de edificação, bem como a subdivisão de terreno e aberturas de ruas e estradas, será feita no Município de Prado sem prévia licença da Prefeitura Municipal.

Art. 14. A expedição de Alvará para construção e demolição é obrigatória para as seguintes obras:

I - Construção de novas edificações, parcelamentos, logradouros públicos e demais empreendimento previstos na Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo;

II - ampliação que determine acréscimo ou decréscimo na área construída do imóvel, ou que afetem os elementos construtivos e estruturais que interfiram na segurança, estabilidade e conforto das edificações;

III - reformas com área superior a 70,00m 2 (setenta metros quadrados);

IV - implantação de canteiro de obras em imóvel distinto daquele onde se desenvolve a obra;

V - Demolições de edificações de qualquer natureza

Art. 15. Estão isentas de expedição de Alvará para construção as seguintes obras:

I - reformas que não determinem acréscimo na área construída do imóvel e que não interfiram na segurança, estabilidade e conforto das edificações em áreas de até 70,00m 2 (setenta metros quadrados) desde que mantenha o mesmo grupo de uso;

II - construção de reservatório para abastecimento d`água e cobertura de vagas para veículos em edificação uniresidencial;

III - reparos gerais e revestimentos de fachadas e telhados;

IV - limpeza ou pintura interna e externa de edificações, muros ou gradis que não exijam a instalação de tapumes;

V - pavimentação e consertos nos passeios dos logradouros públicos;

VI - construção de muros divisórios que não necessitem de elementos estruturais, exceto nas vias hierarquizadas para alargamento, como prevê a Lei do Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo;

Parágrafo único. A isenção de Alvará de que trata este artigo não implica em dispensa ao atendimento das normas estabelecidas neste Código e na Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo, ficando a obra passível de fiscalização pela Prefeitura Municipal.

Art. 16. Para obtenção da licença de que trata o Artigo 14, o proprietário ou seu representante legal terá de satisfazer as seguintes condições:

I - fazer um requerimento ao Órgão municipal competente, solicitando licença para construção, contendo no seu teor o nome e endereço do requerente, local da obra, rua e número (especificando devidamente se é projeto de construção, reconstrução, loteamento, etc.), data e assinatura;

II - que o projeto apresente os requisitos e detalhes exigidos pelas normas técnicas, no mínimo, em 03 (três) cópias e seja assinado pelo autor do projeto, pelo responsável técnico da construção (ver artigo 12) e pelo proprietário;

III - Anotação de Responsabilidade Técnica-ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica-RRT;

IV - certidão negativa do IPTU ou ITR;

V - documento hábil comprobatório da propriedade;

VI - memorial descritivo ou descrição dos materiais, a empregar nos projetos, podendo ser anotados na planta baixa, cortes e fachadas e/ou constar de descrição formulado em papel ofício.

Parágrafo único. As 3 (três) vias que cita o inciso II do presente artigo terão o seguinte destino: uma

será arquivada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, uma devolvida ao proprietário e a outra será destinada ao Cadastro Municipal.

Art. 17. O Alvará para demolição poderá ser solicitado e expedido juntamente com o pedido para construção, quando for o caso.

Art. 18. Examinado o projeto pelo Órgão competente e verificado estar o mesmo de acordo com este Código e demais legislação urbana, emitirá o DAM e disponibilizará ao interessado, autorizando-o a pagar as taxas correspondentes ao pedido de Alvará para construção, que tem prazo de validade 02 (dois) anos.

§ 1º O recibo do pagamento referido neste artigo habilitará o interessado a retirar as vias do projeto aprovado e o Alvará de construção em seu nome.

§ 2º As edificações licenciadas cujas obras não forem iniciadas dentro de 02 (dois) anos, a contar da data do alvará, deverão revalidar o alvará de licença e submeter-se a qualquer modificação que tenha sido feita na legislação em vigor, não cabendo à Prefeitura Municipal nenhum ônus, mesmo que seja necessário alterar o projeto original, por esta razão.

§ 3º O início da obra suspenderá o prazo de prescrição que, voltará a correr sempre que forem interrompidos os trabalhos.

§ 4º Se a obra não estiver concluída quando findar o prazo concedido pelo alvará, deverá o interessado solicitar sua revalidação, que será concedida com prazo de validade de 02 (dois) anos.

§ 5º Quando faltarem apenas os serviços de pintura geral, para conclusão da obra, esta poderá ser concluída independentemente do pagamento de nova licença, desde que, ao terminar o prazo de licença seja requerida a prorrogação que, após verificação "*in loco*", será concedida gratuitamente não podendo a conclusão ultrapassar o período de 04 (quatro) meses a contar da data da prorrogação.

§ 6º O Alvará de construção conterá:

I - número do processo do requerimento;

II - nome do requerente e dos responsáveis técnicos pelo projeto e construção;

III - localização e área do lote a edificar;

IV - zona de uso;

V - categoria da via;

VI - categoria da atividade e do empreendimento;

VII - grupo e subgrupo de uso;

VIII - área útil, área total e fração ideal;

IX - Índice de Utilização, Índice de Ocupação, Índice de Permeabilização e número de pavimentos;

X - medida do alinhamento de recuo;

XI - prazo de validade e outras observações julgadas necessárias.

Art. 19. A Prefeitura poderá conceder prazos superiores ao estabelecido na Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo, considerando as peculiaridades da obra a executar, desde que seja comprovada sua necessidade através de cronogramas avaliados pelo Órgão competente.

Art. 20. A concessão de licença para construção, reconstrução, reforma ou ampliação não isenta o imóvel de pagamento dos tributos municipais.

Art. 21. Nas licenças para construção em condomínio ou sob o regime de incorporação, o alvará será extraído em nome do incorporador, que o requer, identificando as respectivas salas, lojas, apartamentos e/ou casas.

Art. 22. A Prefeitura Municipal, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, dará obrigatoriamente parecer ao projeto, aprovando-o ou não.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal, comunicará ao requerente, por e-mail, telefone ou outros meios de comunicação disponíveis, o teor do parecer.

Seção II
Das Obrigações Para Execução de Obras

Art. 23. O Alvará obrigatoriamente deverá permanecer no local da obra, juntamente com o projeto aprovado e serão mostrados à fiscalização todas as vezes que esta o solicitar, sob pena de revogação.

Parágrafo único. Manter, durante a execução das obras, em local visível para a fiscalização, placa a ser custeada pelo empreendedor conforme modelo fornecido pela Prefeitura.

Art. 24. Durante a execução das obras, o requerente e o responsável técnico deverão adotar medidas para garantir a segurança e tranquilidade dos operários, do público e das propriedades vizinhas, com as seguintes providências, sem prejuízo de outras que se façam necessárias:

I - instalar tapumes e andaimes fixos ou móveis, obedecendo às condições estabelecidas neste Código;
II - manter os logradouros adjacentes permanentemente desobstruídos e limpos;

III - Instalar proteção perimetral com bandejas e telas para edificação acima de 12,00m (doze metros);

Seção III
Da Aprovação do Projeto

Art. 25. A execução de qualquer obra em empreendimento de urbanização ou de edificação, particular ou pública, obedecerá ao projeto aprovado pelo Órgão competente da Prefeitura Municipal e só poderá ser iniciada após expedição do respectivo Alvará, observadas as prescrições deste Código e da Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo.

Parágrafo único. São atividades que caracterizam o início de uma construção:

I - a preparação do terreno;

II - a abertura de cavas para fundações;

III - o início de execução de fundações superficiais.

Art. 26. Os requisitos e detalhes técnicos a que se refere Art. 18 serão os seguintes:

I - planta de localização, podendo ser utilizado: trecho do mapa da cidade, imagem aérea ou croqui de localização;

II - planta de situação da edificação em escala adequada, constante de:

a) limites do terreno, com as cotas e posições do meio-fio e das vias de acesso;

b) delimitação da construção projetada;

c) área do terreno, área construída, área útil, Índice de Ocupação, Índice de Utilização e Índice de Permeabilidade;

d) cota dos recuos e das áreas de ventilação e iluminação;

e) indicação da existência de edificações vizinhas com os respectivos números de portas, quando for o caso;

III - planta baixa de cada pavimento não repetido, com tino de cada compartimento, cotas parciais e totais inclusive de paredes, aberturas e áreas;

IV - planta de elevação das fachadas principais;

V - cortes longitudinais e transversais na escala 1:50 ou 1:75 ou 1:100;

VI - especificações sumárias dos materiais a aplicar na edificação.

Art. 27. Nos projetos de reforma, acréscimo ou reconstrução de edificação, a fim de facilitar a leitura das plantas, deverão ser indicadas:

I - com linha continua na cor preta e sem preenchimento, as partes da edificação que devem permanecer;
II - com linha continua na cor preta e preenchimento na cor vermelha, as que deverão ser executadas;
III - com linha fina e tracejada na cor preta e preenchimento na cor amarela, as que serão demolidas.

§ 1º Os cortes longitudinais e transversais, bem como as elevações de fachada de que tratam as Itens IV e V do artigo 26, deverão ser apresentadas em número suficiente para o perfeito entendimento do projeto, com as cotas dos pés-direitos.

§ 2º A planta de situação do imóvel será obrigatoriamente apresentada em separado dos demais elementos gráficos do projeto e a prancha que a contiver deverá estar no padrão A4 ou A3.

Art. 28. Cada folha de que se compuser o projeto conterá obrigatoriamente, de acordo com as normas da ABNT, no canto inferior direito, a legenda especificando:

I - natureza e local da obra;

II - nome do proprietário;

III - designação da folha ou prancha e seu número;

IV - escala do desenho;

V - nome do Autor do Projeto com a respectiva identificação profissional e número da inscrição municipal;

VI - nome do Responsável Técnico da obra com a respectiva identificação profissional e número da inscrição municipal.

Parágrafo único. Todas as folhas ou pranchas serão assinadas pelo proprietário, pelo Autor do Projeto e pelo Responsável Técnico da obra. Quanto a assinatura do Responsável Técnico observar o contido no Art. 12.

Art. 29. Nenhum projeto poderá apresentar emendas ou rasuras, ressalvadas a correção das cotas, manuscrita em tinta vermelha, quando não alterem fundamentalmente as partes componentes do projeto, feito pelo profissional Autor do Projeto e visada pela autoridade que tiver permitido a mesma.

Art. 30. Nas edificações que estiverem sujeitas a cortes para retificação de alinhamento, alargamento de logradouros públicos ou recuos regulamentares, só serão concedidos alvarás de licença para obras de acréscimos, reconstrução ou reforma, nas seguintes condições:

I - obras de acréscimo ou reconstruções parciais, nas partes acrescidas forem observadas as prescrições desta lei, tenha área de construção não superior 10% (dez por cento) da edificação existente, e não constitua elemento prejudicial à estética urbana;

II - reparos gerais, se tiverem somente por finalidade contribuir para a melhoria das condições higiênicas e comodidade dos ocupantes.

Parágrafo único. No caso de corte para alargamento de logradouro, a área da edificação cortada, será desapropriada pela Prefeitura Municipal, de acordo com a avaliação por processo administrativo ou judicial.

Seção IV
Do Cancelamento e Revalidação do Alvará de Construção

Art. 31. O Alvará de construção será cassado pela autoridade que o concedeu quando se apurar realização de obras em desacordo com o projeto aprovado e inadaptáveis às normas deste Código e da legislação urbanística em vigor, quando apresente risco à segurança pública ou quando comprovado relevante interesse público à não realização da obra.

Art. 32. O Alvará de construção será revogado, quando constatada irregularidade na sua expedição, em processo administrativo específico e devidamente instruído.

Art. 33. Poderá o Órgão competente da Prefeitura Municipal, ordenar o cancelamento do alvará de licença para construção, quando for constatado que a licença deferida prejudica ou irá prejudicar a implantação de projetos públicos. Neste caso, recairão sobre a Prefeitura Municipal a responsabilidade e os ônus decorrentes e necessários à modificação ou demolição da obra porventura já realizada, a fim de que fiquem respeitadas as disposições deste Código e a fiel implantação dos planos urbanísticos da cidade.

Art. 34. Será admitida a revalidação do alvará de licença para construção nos processos arquivados.

Parágrafo único. O pedido de revalidação, em qualquer caso, deverá constar nos autos do processo primitivo, observados todos os dispositivos deste Código.

Seção V
Do Habite-se e da Numeração

Art. 35. A edificação só poderá ser ocupada com a expedição do Alvará de Habite-se pelo Órgão competente da Prefeitura Municipal.

Art. 36. Após a conclusão da obra deverá ser requerido o Habite-se que somente será expedido se a obra estiver de acordo com o projeto aprovado.

Art. 37. A conclusão de obras será comunicada à Prefeitura Municipal pelo requerente ou representante legal para fins de vistoria e expedição de Habite-se através de requerimento instruído com:

I - fazer um requerimento ao Órgão municipal competente, solicitando o Habite-se;

II - cópia do Alvará de construção;

III - prova de quitação do IPTU;

§ 1º A comunicação de que trata este artigo deverá ocorrer dentro do prazo de validade do Alvará de construção, sob pena de pagamento de multas e taxas estabelecidas em Lei.

§ 2º Dependerão de Alvará de Habite-se as obras isentas indicadas no Art. 16 deste Código.

Art. 38. O Habite-se parcial será concedido sempre que o prédio possua partes que possam ser ocupadas, utilizadas ou habitadas independentemente umas das outras, constituindo cada uma delas, uma unidade autônoma definida e que não ofereça perigo para os seus ocupantes ou para o público.

Parágrafo único. Para que a Prefeitura conceda o Habite-se parcial de que trata este artigo, é necessário que a edificação esteja com a instalação de esgoto ligada à rede geral ou, na falta desta, à fossa séptica e no caso de edifício em cujo projeto foi prevista a instalação de elevadores, que pelo menos um deles esteja em funcionamento.

Art. 39. Quando se tratar de edificações com mais de uma unidade imobiliária, o Habite-se será dado a cada unidade residencial autônoma concluída.

Art. 40. Nas edificações de tipo popular, quando destinadas a morada de seu proprietário, poderá o Órgão competente fornecer o Habite-se antes de terminada a construção, desde que estejam concluídos: um compartimento de permanência prolongada, a cozinha e o sanitário com instalação de esgoto em funcionamento.

Art. 41. Nos logradouros onde o meio-fio estiver assentado não será concedido habite-se, mesmo parcial, sem que o passeio lindeiro ao lote esteja devidamente tratado ou pavimentado.

Art. 42. As edificações que forem licenciadas e construídas na vigência deste Código e que forem ocupadas sem o respectivo habite-se, estarão sujeitas a multa.

Art. 43. Todas as edificações existentes ou que venham a ser construídas ou reformadas e ampliadas serão obrigatoriamente numeradas.

Art. 44. A numeração das edificações far-se-á pelo critério métrico, atendendo às seguintes normas:

I - o número de cada edificação corresponde à distância em metros do início do logradouro até a testada média de cada imóvel;

II - para efeito do estabelecimento de ponto inicial do logradouro, observar-se-á ao sistema de orientação estabelecido pelo Órgão de planejamento urbano;

III - a numeração será par à direita e ímpar à esquerda do eixo do logradouro, obedecendo a orientação fixada no inciso II deste artigo;

IV - quando a distância em metros não der número inteiro, adotar-se-á o inteiro imediatamente mais próximo.

Art. 45. O engenho de identificação da numeração atribuída ao imóvel será colocado em lugar visível, na fachada da edificação, ao longo do alinhamento de gradil ou em qualquer trecho de recuo frontal do lote.

CAPÍTULO IV
Da Execução e Segurança das Obras

Seção I
Do Canteiro de Obras

Art. 46. Na implantação de obras é proibida a permanência e lançamento de qualquer material de construção nas vias e logradouros públicos, bem como, a utilização dos mesmos como canteiro de obras ou depósito de entulho, exceto em recipientes removíveis específicos para estes fins.

Parágrafo único. A não retirada dos materiais de construção ou do entulho autoriza a Prefeitura a fazer a remoção do material encontrado em via pública, dando-lhe o destino conveniente e a cobrar do proprietário da obra a despesa de remoção, aplicando-lhe as sanções cabíveis.

Art. 47. A implantação do canteiro de obras fora do lote em que se realiza a obra, somente terá sua licença concedida pelo Órgão competente, mediante exame das condições locais de circulação de pedestres e veículos, bem como, dos inconvenientes ou prejuízos que venham a causar aos imóveis vizinhos.

Seção II
Dos Tapumes, Andaimes e Equipamentos de Segurança

Art. 48. Nenhum trabalho de construção ou de demolição poderá ser feito no alinhamento do logradouro público sem que haja em toda a testada um tapume, salvo a exceção prevista neste Código.

§ 1º A colocação de tapume bem como a de andaime depende da concessão do alvará de construção ou de licença para demolição;

§ 2º É obrigatória a permanência do tapume, em perfeito estado de conservação, enquanto perdurarem os trabalhos capazes de afetar a segurança dos transeuntes.

§ 3º Nos logradouros onde os passeios tenham largura inferior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), o tapume será substituído por andaime protetor, suspenso à altura mínima de 2,80m (dois metros e oitenta centímetros), quando a obra atingir a altura do piso do segundo pavimento.

Art. 49. Os tapumes deverão atender as seguintes condições:

I - serem implantados, no passeio, desde que mantenha 1,50m (um metro e cinquenta centímetro) livre, para possibilitar a circulação dos transeuntes;

II - terem altura mínima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros);

III - serem executados em chapa metálica, madeira compensado ou similar, com boa aparência na face voltada para o logradouro.

Parágrafo único. Quando a obra ou demolição for recuada, o tapume será feito no alinhamento do logradouro, ficando o passeio inteiramente livre, podendo ter altura mínima de 2,00m (dois metros).

Art. 50. Os andaimes deverão ficar dentro do tapume e satisfazer as condições técnicas de segurança e estabilidade.

Parágrafo único. todo o material a ser usado devem oferecer condições de resistência e estabilidade tais que haja garantia para os operários e transeuntes contra acidentes.

Art. 51. O emprego de andaimes suspensos por cabos será permitido nas seguintes condições:

I - não deixar o passadiço à altura inferior a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) acima do passeio;

II - ter o passadiço largura mínima de 0,80m (oitenta centímetros), e máxima que não exceda à largura do tapume;

III - ter o passadiço proteção em todas as faces livres para a segurança dos operários.

Art. 52. Os tapumes e andaime não poderão em nenhuma hipótese, danificar árvores, rede elétrica, telefônica, hidráulica (água e esgoto), ocultar aparelhos de iluminação pública, placas de nomenclatura de logradouros, e numeração de porta ou sinalização de trânsito.

Parágrafo único. Na hipótese de ser necessária a retirada de placas, deve o interessado acordar com a fiscalização da Prefeitura e proceder a fixação das mesmas em lugar visível, nos andaimes ou tapume, enquanto durar a edificação e, findo esta, recolocá-las nos locais originais às suas expensas.

Art. 53. Caso a obra tenha causado qualquer dano no logradouro ou passeio, o proprietário deverá mandar executar os reparos necessários ao mesmo.

Art. 54. Em caso de acidente por falta de segurança ou de precaução, devidamente apurado, será imposta ao proprietário da obra multa máxima prevista neste Código, sem prejuízo das penalidades legais.

CAPÍTULO V
Das Condições Gerais Relativas às Obras

Seção I
Das Estruturas, Pisos, Paredes e Coberturas

Art. 55. Os elementos estruturais, pisos, paredes, divisórias e coberturas devem garantir a estabilidade da construção, impermeabilidade e o bom desempenho térmico e acústico das unidades e segurança contra o fogo.

Art. 56. As edificações com mais de 7,00m (sete metros) de altura não poderão deixar de ter estrutura de concreto armado e/ou metálica.

Seção II
Dos Passeios e Muros

Art. 57. No caso de lotes baldios, situados em logradouros pavimentados, será exigido muros no alinhamento, com altura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 58. Quando os lotes forem fechados por meio de cercas vivas e estas não forem convenientemente conservadas, o Órgão competente da Prefeitura exigirá a substituição desse fechamento por muro.

Seção III
Das Atividades Industriais e Inflamáveis

Art. 59. Nas atividades já instaladas que oferecem perigo à saúde ou acarretem incômodos à vizinhança, os proprietários serão obrigados a executar os serviços indispensáveis à remoção dos inconvenientes, conforme determinações do Código do Meio Ambiente.

Art. 60. O lançamento de resíduos industriais nos cursos d`água depende da permissão das autoridades ambientais e sanitárias que fixarão o teor máximo admissível de materiais poluidores, conforme determinações do Código do Meio Ambiente.

Art. 61. As instalações prediais, o armazenamento e a comercialização de botijões de gás liquefeito de petróleo - GLP ou gás natural - GN obedecerão às normas contidas em legislação específica.

CAPÍTULO VI
Das Ruinas

Art. 62. São considerados ruínas os prédios que:

I - atentem contra a segurança e tranquilidade de terceiros;

II - constitua perigo à saúde pública.

Art. 63. Os proprietários de prédios que se encontram em qualquer dos casos do artigo anterior, principalmente quando desocupados, estarão sujeitos no que couber, às penalidades previstas neste Código.

CAPÍTULO VII
Das Edificações, Lotes, Áreas Privativas ou Terrenos

Seção I
Dos Lotes e Áreas Privativas em Geral

Art. 64. Só será permitida edificação em lotes, áreas privativas ou terrenos que satisfaçam as seguintes condições:

I - tratando-se de lote, que conste do projeto de loteamento aprovado pela Prefeitura Municipal, respeitada a legislação federal vigente sobre o assunto, fazendo frente para o logradouro reconhecido pela municipalidade;

II - tratando-se de terreno, que faça frente para o logradouro público constante das folhas que compõem a planta semi-cadastral da cidade;

III - tratando-se de áreas privativas de Condomínios de lotes.

Art. 65. Os atuais terrenos que pelas suas dimensões comportarem subdivisão, mas que não tiverem condições para constituir loteamento, poderão ser desmembrados, obedecendo à disposição da Lei Municipal do Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo.

Seção II
Das Edificações em Geral

Art. 66. Toda edificação constituída por uma única unidade habitacional deverá possuir, no mínimo, 02 (dois) compartimentos: sala-quarto-cozinha e banheiro, devendo ainda obedecer aos seguintes requisitos:

I - ter o banheiro comunicação direta com o interior da habitação;

II - ter a instalação de esgoto sanitário ligação com a rede pública ou, na ausência desta com uma fossa séptica e sumidouro, obrigatoriamente;

III - ter o piso do andar térreo uma camada impermeabilizada;

IV - ter o passeio devidamente pavimentado nos logradouros que possuam meio-fio assentado;
V - obedecer ao recuo recomendado pela Lei do Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo.

CAPÍTULO VIII
Dos Elementos Componentes da Edificação

Seção I
Do Alinhamento

Art. 67. Nenhuma edificação poderá ser feita sem obedecer ao alinhamento fornecido pelo Órgão municipal competente.

Seção II
Da Classificação Dos Compartimentos

Art. 68. O destino dos compartimentos não será considerado apenas pela sua designação no projeto, mas, sobretudo, pela sua finalidade lógica, decorrente de sua disposição em planta.

Art. 69. Para efeito do presente Código, os compartimentos classificam-se:

I - de permanência prolongada (diurna ou noturna);

II - de utilização eventual ou transitória;

III - de utilização especial.

§ 1º São considerados compartimentos de permanência prolongada:

I - quartos;

II - salas;

III - lojas, sobrelojas, jiraus e mezaninos;

IV - salas comerciais;

V - locais de reunião; e,

VI - outros ambientes de repouso, lazer, estudo e trabalho.

§ 2º São considerados compartimentos de utilização eventual ou transitória:

I - salas de espera;

II - banheiros, lavabos e instalações sanitárias;

III - circulações;

IV - depósitos;

V - garagens;

VI - vestiários;

VII - locais para acondicionamento de resíduos sólidos;

VIII - casas de máquinas;

IX - áreas de serviço cobertas; e

X - cozinhas e copas.

§ 3º São considerados compartimentos de utilização especial, aqueles que, pela sua finalidade específica, dispensem aberturas de vãos para o exterior, tais como:

I - adegas;

II - cavas;

III - caixas fortes;

IV - câmaras escuras;

V - frigoríficos; e,

VI - outros cuja finalidade específica dispensem aberturas de vãos para o exterior.

Art. 70. Nas edificações destinadas a hospedaria, os dormitórios destinados a solteiro poderão ter área mínima de 5,00m² (cinco metros quadrados) e os destinados a casal a área mínima de 7,50m² (sete metros e cinquenta centímetros quadrados). As dimensões mínimas serão de 2,00m (dois metros) e 2,30m (dois metros e trinta centímetros) respectivamente.

Art. 71. Nas edificações destinadas a unidades hospitalares, a área mínima para os dormitórios obedecerá ao que determina a legislação hospitalar vigente.

Art. 72. Toda habitação deverá dispor, no mínimo de um compartimento sanitário.

Art. 73. A instalação sanitária mínima obrigatória para uma residência é constituída de: um lavatório, uma bacia sanitária, um chuveiro, uma pia de cozinha, um tanque de lavar, e será forçosamente servido de uma fossa séptica e sumidouro, proporcional à capacidade habitacional da edificação, quando não houver rede pública de esgotamento sanitário.

Art. 74. Nos prédios com utilização mista, residencial e comercial, a parte comercial terá obrigatoriamente a sua instalação sanitária própria com acesso independente.

Art. 75. Será permitido um lavabo com uma área que atenda a NBR 9050, na parte comercial de que trata o artigo anterior.

Art. 76. Em locais públicos, como postos de serviços, bares, restaurantes e similares, deverão existir sanitários para ambos os sexos, separadamente, com, pelo menos, um vaso sanitário e um lavatório, que atenda a NBR 9050.

Art. 77. As cozinhas e copas das escolas, hotéis, hospitais, restaurantes e similares, terão áreas proporcionais ao número de alunos, de leitos ou de mesas e obedecerão aos seguintes requisitos:

I - os fogões são obrigatoriamente servidos por coifa ou exaustores;

II - as paredes serão revestidas com material cerâmico até o teto;

III - o pé direito mínimo será de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) até uma dimensão de 20,00m² (vinte metros quadrados), daí em diante o pé direito será acrescido de 0,20m (vinte centímetros) por cada 10,00m² (dez metros quadrados) a mais da fração;

IV - a dimensão mínima das cozinhas dos prédios escolares será de 8,00m² (oito metros quadrados) com dimensão mínima de 2,00m (dois metros).

Art. 78. Os acessos aos estacionamentos ou garagens deverão atender às seguintes condições:

I - os acessos de veículos e pedestres ao imóvel deverão ser independentes e separados por barreiras físicas;

II - as rampas e/ou vias de acesso aos estacionamentos devem estar rigorosamente dentro dos limites do terreno do empreendimento de forma a não criar empecilho ou desníveis no passeio;

III - nos empreendimentos residenciais os acessos deverão atender às exigências que se seguem:

a) os acessos devem ser livres de quaisquer obstáculos físicos, inclusive quando em pórtico;

b) o portão e/ou dispositivo de controle de acesso deverá estar recuado a 5,00m (cinco metros) da linha de gradil, gerando uma área de espera para um veículos, liberando totalmente o passeio;

c) a área de espera para veículos poderá estar em rampa, com inclinação máxima de 20% (vinte por cento);

d) quando a capacidade do estacionamento ou garagem for superior a 100 (cem) vagas, deve dispor de duas faixas para entrada e saída de veículos, com largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) cada, respeitados os demais dispositivos legais.

IV - nos empreendimentos não residenciais os acessos deverão atender às exigências que se seguem:

a) os acessos devem ser livres de quaisquer obstáculos físicos, inclusive quando em pórtico;

b) nos empreendimentos com mais de 01 (um) acesso, em sentido único de tráfego, admitir-se-á a largura mínima de 3,00m (três metros) para cada acesso;

c) o portão e/ou dispositivo de controle de acesso deverá estar recuado a 5,00m (cinco metros) da linha de gradil gerando uma área de espera para um veículo, liberando totalmente o passeio.

Art. 79. As vias de circulação interna de veículos nos estacionamentos ou garagens deverão atender as seguintes condições:

I - em empreendimentos residenciais devem atender a largura mínima de 5,00m (cinco metros) e altura mínima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros), livres de qualquer obstáculo físico, podendo ser admitida a seguinte disposição:

a) admitir-se-á a largura mínima de 4,50m (quatro metros e meio) entre saliências estruturais;

II - em empreendimentos não residenciais devem atender largura mínima de 6,00m (seis metros) e altura mínima de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros), livres de qualquer obstáculo físico, podendo ser admitida a seguinte disposição:

a) admitir-se-á a largura mínima de 5,50m (cinco metros e meio) entre saliências estruturais;

III - as faixas de circulação em curva terão largura aumentada em razão do raio interno, expresso em metros, e da declividade, expressa em porcentagem, tomada no desenvolvimento interno da curva;

IV - a seção transversal das rampas não poderá apresentar declividade superior a 2% (dois por cento).

Art. 80. Os estacionamentos ou garagens internas às edificações deverão atender as seguintes condições:

I - as vagas para veículos devem ter largura mínima de 2,30m (dois metros e trinta centímetros) e comprimento mínimo de 4,50m (quatro metros e meio), respeitando o percentual mínimo de 30% (trinta por cento) do número de vagas com largura de 2,50m (dois metros e meio) e comprimento de 5,00 m (cinco metros), sendo que a marcação das mesmas deve ser feita num vão livre sem quaisquer obstáculos físicos;

II - é obrigatória a disponibilidade de vagas para veículos de portadores de necessidades especiais, idosos e gestantes na proporção de 3% (três por cento) para cada uma das categorias, calculadas sobre o número total de vagas;

III - o estacionamento na área de recuo, com acesso direto pela via, só é admitido quando o recuo da edificação for maior ou igual a 5,50m (cinco metros e meio);

IV - as vagas de estacionamento devem estar rigorosamente dentro dos limites do terreno do empreendimento, não sendo permitido a utilização da área de passeio para este fim;
V - as vagas emergenciais para ambulância e para portadores de necessidades especiais deverão se situar próximo ao hall de elevadores, segregados, por barreira física, das vias de circulação interna e das vagas para autos.

Art. 81. Nos compartimentos residenciais de permanência prolongada será permitido o pé direito mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

Art. 82. Nos compartimentos de utilização eventual ou transitória, será permitido o pé direito mínimo de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros), excetuando o caso de garagens, abrigo de veículos e playground que poderá ter pé direito livre de 2,20m (dois metros e vinte centímetros).

Art. 83. Os compartimentos de destinação não residencial terão o pé direito mínimo de 2.80m (dois metros e oitenta centimetros).

Seção III
Das Circulações

Art. 84. Nas circulações horizontais, a largura mínima será estabelecida de acordo com as especificações abaixo:

I - no interior das residências, 0,80m (oitenta centímetros);

II - para uso coletivo, 1,20m (um metro e vinte centímetros);

III - para galerias internas comerciais, 2,00m (dois metros);

IV - em hospitais, 2,00m (dois metros) nas principais; e as demais terão no mínimo 1,20m (um metro e vinte centímetros).

Art. 85. As escadas ou rampas para pedestres deverão ser dimensionadas observando o que determina a NBR 9050:

I - nas edificações residenciais unifamiliares, poderá ser admitida uma escada secundária de serviços com 0,80 (oitenta centímetros) de largura.

II - as rampas terão mudanças de direção coordenadas por patamares, de acordo com o que determina a NBR 9050.

Art. 86. As escadas ou rampas das edificações escolares deverão ter a largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 87. Os degraus de escadas terão uma altura máxima de 0,18m (dezoito centímetros) e uma largura mínima de 0,26 (vinte e seis centímetros). Nos trechos em leque, não poderão ter menos de 0,04 (quatro centímetros) de largura, junto ao bordo interno da escada, ou menos de 0,25m (vinte e cinco centímetros), na linha de piso.

Parágrafo único. Toda escada deverá obedecer a relação 2h + p = 0,62m ou 0,64m, sendo p = largura de degraus e h = a altura do espelho.

Art. 88. As escadas deverão ter, em toda sua extensão, uma altura mínima livre de 2,00m (dois metros).

Art. 89. Todas às vezes que o número de degraus consecutivos for superior a 18 (dezoito) será obrigatória a intercalação de um patamar, com a profundidade mínima igual à largura da escada.

Art. 90. Nas edificações destinadas a hotéis e unidades hospitalares, que tiverem mais de 03 (três) pavimentos, será obrigatória a instalação de dois elevadores.

Art. 91. Nas escadas dos estabelecimentos: hospitalares, hoteleiro, escolares ou similares não serão admitidos, em nenhuma hipótese, degraus em leque.

Art. 92. As edificações de mais de 04 (quatro) pavimentos ou que tenham diferença de nível igual ou superior a 12,00m (doze metros) entre os pisos dos seus pavimentos, deverão possuir, no mínimo, um elevador.

§ 1º O último pavimento não será considerado para efeito deste artigo, quando se destinar a serviços de administração da edificação ou for de uso privativo do penúltimo pavimento.

§ 2º Nas edificações de mais de 04 (quatro) pavimentos, obrigatoriamente, a instalação de elevador obedecerá sempre ao que exige o cálculo de tráfego previsto nas normas da ABNT.

Art. 93. É obrigatório a existência de pelo menos 1 (um) elevador interligando todos os pavimentos, em edificações com altura superior a 12,00m, contados a partir do piso do pavimento de acesso até o piso do último pavimento.

Parágrafo único. Nas edificações em que haja a obrigatoriedade da instalação de elevadores deverá atender aos padrões das normas técnicas da ABNT.

Art. 94. A instalação de elevadores ficará sujeita a fiscalização e licenciamento da Prefeitura Municipal.

§ 1º Só poderão encarregar-se de instalação de elevadores firmas legalmente habilitadas e inscritas na Prefeitura Municipal de Prado, para tal fim.

§ 2º Não é necessário que os elevadores tenham parada obrigatória em todos os andares da edificação.

Art. 95. Em nenhum caso, os elevadores poderão constituir o meio exclusivo de acesso aos pavimentos de uma edificação.

Seção IV
Das Áreas Quanto à Insolação, Iluminação e Ventilação.

Art. 96. Quando se trata de edifícios industriais, mistos, comerciais, de serviços e apartamentos será admitida ventilação indireta ou ventilação forçada exclusivamente para compartimentos de utilização eventual ou transitória mediante:

§ 1º Ventilação Indireta - Por meio de forro falso, através de compartimento contínuo, observando-se o seguinte:

I - altura livre do vão, não inferior a 0,30m (trinta centímetros);

II - largura do vão, não inferior a 1,00m (um metro);

III - extensão de conduto, não superior a 4,00m (quatro metros);

IV - comunicação direta com o exterior através do conduto.

§ 2º Ventilação forçada - Por meio de chaminé de tiragem (duto de ventilação).

Art. 97. Permite-se a iluminação e ventilação de um compartimento sanitário através de outro contíguo nas seguintes condições:

I - Que este último seja iluminado e ventilado diretamente por área aberta ou fechada (principal ou secundária) através de um vão de iluminação com área mínima equivalente a um décimo (1/10) de área total dos dois sanitários.

II - A parede de separação entre os dois sanitários deverá ter uma altura mínima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros) e uma distância não inferior a 0,30m (trinta centímetros) entre sua face superior e o teto.

III - Os banheiros poderão ter iluminação zenital desde que haja poço de ventilação.

Art. 98. Quando se trata de áreas abertas destinadas a ventilar e iluminar compartimentos serão classificadas em duas categorias:

I - abertas em uma extremidade;

II - abertas em duas extremidades (corredores);

Art. 99. Toda área aberta em uma extremidade deverá satisfazer à seguinte condição, salvo, se não existirem aberturas voltadas para o lote vizinho:

I - largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para prédios até 04 (quatro) pavimentos;

Art. 100. Toda área aberta em duas extremidades (corredores) deverá satisfazer à seguinte condição, salvo, se não existirem aberturas voltadas para o lote vizinho:

I - largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para prédios até 04 (quatro) pavimentos;

Art. 101. Será permitida a iluminação e ventilação através de poços, com área mínima de 1,50m² (um

metro e cinquenta centímetros quadrados) para compartimento de permanência prolongada, e 0,80m² (oitenta centímetros quadrados) nos compartimentos de uso eventual.

Art. 102. Quando se trata da iluminação e ventilação naturais:

I - Os vãos de janelas de compartimentos de utilização eventual ou transitória não poderão ser inferiores a 0,25m² (vinte e cinco centímetros quadrados), nem a largura inferior a 0,50m (cinquenta centímetros);

II - Os vãos livres de porta de compartimento de qualquer natureza não poderão ter largura inferior a 0,60m (sessenta centímetros).

Art. 103. Serão consideradas, para efeito de iluminação, as portas e esquadrias que possuam aberturas para a área externa da edificação e que possibilitem iluminar e ventilar.

Seção V
Das Instalações

Art. 104. As instalações hidráulicas, sanitárias, elétricas e telefônicas serão projetadas e executadas por técnicas legalmente habilitadas, e, obedecerão às especificações da ABNT e a viabilidade expedida pelos concessionários desses serviços.

Art. 105. Será obrigatória, em qualquer edificação, a instalação de um reservatório de água com capacidade adequada à destinação da mesma.

Parágrafo único. Obrigatório à indicação do local de instalação do reservatório nos projetos (planta baixa e cortes).

Art. 106. Nas edificações situadas em logradouros não servidos de rede de esgoto sanitário, será exigida obrigatoriamente a instalação de fossa séptica e sumidouros, com dimensões proporcionais ao número de usuários obedecendo a NBR e sua instalação será no interior do lote.

Art. 107. A nenhuma construção será concedida o "habite-se", nas zonas servidas de redes elétricas e abastecimento de água, se não for servida por instalações executadas dentro das exigências técnicas da ABNT e das concessionárias desses serviços.

CAPÍTULO IX
Da Estética das Edificações

Seção I
Das Fachadas

Art. 108. Não será permitida, em nenhuma hipótese, qualquer saliência na parte da fachada correspondente ao pavimento térreo, quando a edificação estiver situada no alinhamento do gradil ou muro, inclusive de esquadrias que se abram com projeção sobre o passeio.

Art. 109. Nas edificações que tenham fachadas com ou sem marquises, no alinhamento do muro ou gradil, os condutores de águas pluviais, ao atingir o nível do passeio serão, obrigatoriamente, embutidos nos mesmos, de maneira a desembocar diretamente nas sarjetas dos logradouros.

Parágrafo único. No caso de telhado com beira em edificação no alinhamento do gradil, deverá haver um sistema de escoamento das águas pluviais, por meio de calhas, com finalidade de proteção ao pedestre.

Seção II
Dos Toldos e Marquises

Art. 110. Será permitida a instalação de toldos, na frente das edificações de destinação não residencial, desde que satisfaça às seguintes condições:

I - tenham balanço que não exceda a largura do passeio, nem de modo algum, a largura de 2,00m (dois metros);

II - não tenham seus elementos abaixo de 2,20m (dois metros e vinte centímetros) de altura, em relação ao nível do passeio;

III - não prejudique a arborização e iluminação e não ocultem placas de nomenclatura do logradouro, placas de sinalização de trânsito, nem numeração de porta.

Art. 111. Será permitida a construção de marquises, em edificação de destinação não residencial, desde que satisfaçam as seguintes condições:

I - não excedam a largura do passeio e, em nenhuma hipótese, a largura de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);

II - não tenham seus elementos abaixo de 2,80m (dois metros e oitenta centímetros) de altura em relação ao nível do passeio;

III - não prejudiquem a arborização e iluminação pública e não ocultem placas de nomenclatura de logradouros, placas de sinalização de trânsito, nem numeração de porta;

IV - sejam construídas com material incombustível, durável e resistente à ação do tempo.

Art. 112. A altura e o balanço de marquises, na mesma altura, serão uniformes.

I - nas quadras onde já existam marquises, serão adotados a altura e o balanço de uma delas, que passará a ser padrão das que futuramente ali se construírem.

II - em edificações especiais de caráter monumental a juízo do Órgão competente, admitir-se-á a alteração da altura e balanço de marquises do que trata este artigo.

Art. 113. No pedido de licença para construção de marquises, além do prazo para execução da obra deverá o interessado apresentar o projeto detalhado, em escala de 1:50 (um por cinquenta), de acordo com o previsto nesta Lei.

CAPÍTULO X
Das Edificações Para Fins Residenciais

Seção I
Das Habitações Coletivas

Art. 114. As edificações com mais de 15 (quinze) unidades residenciais - apartamentos, possuirão, no hall de entrada, local destinado à portaria.

§ 1º O hall de entrada não poderá ter dimensão mínima inferior a 2,00m (dois metros) para edificações de até 04 (quatro) pavimentos. Para as edificações de mais de 04 (quatro) pavimentos, a dimensão mínima livre será de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

§ 2º No caso da edificação ter 04 (quatro) pavimentos, não havendo portaria, será obrigatória a instalação de uma caixa coletora de correspondência, em local visível, de fácil acesso, individual e inviolável.

Art. 115. Nas edificações destinadas a hospedagem, os dormitórios, quando não dispuserem de instalações sanitárias privativas, serão obrigatoriamente servidos por um lavatório com água corrente, sendo que a parte da parede onde o mesmo está instalado terá 1,00m² (um metro quadrado) obrigatoriamente revestido com material cerâmico.

Art. 116. As edificações destinadas a hotéis ou similares, deverão possuir, além dos compartimentos destinados à habitação, no mínimo, as seguintes dependências:

I - portaria;

II - sala de estar;

III - dependências para administração;

IV - rouparia e depósito de objetos de limpeza.

Art. 117. Quando o hotel servir o café da manhã e refeições, será obrigatória a existência de:

I - refeitório;

II - cozinha;

III - copa;

IV - despensa.

Parágrafo único. Mesmo que o hotel não sirva refeição, deverá possuir cozinha para preparo de pequenas refeições ou lanches.

Art. 118. Os hotéis e estabelecimentos similares e os hospitais que não dispuserem de instalações sanitárias privativas, em todos os quartos, deverão ter compartimentos sanitários separados para cada sexo.

§ 1º Estes compartimentos serão dotados de lavatórios, bacia sanitária e chuveiro, na proporção mínima de 01 (um) para cada cinco 05 (cinco) quartos, em cada pavimento.

§ 2º Serão também exigidas instalações sanitárias de uso exclusivo dos colaboradores, inteiramente isoladas das de uso dos hóspedes, com as mesmas peças especificadas no parágrafo anterior, na proporção mínima de (um) para cada 10 (dez) colaboradores.

Art. 119. Os asilos destinados à velhice, além das áreas indispensáveis à administração e serviços gerais, deverão possuir enfermaria e salão de estar para permanência diurna dos asilados.

CAPÍTULO XI
Das Edificações Para Fins Utilitários

Seção I
Dos Edifícios Comerciais

Art. 120. Nas edificações coletivas para fins utilitários (lojas, consultórios, escritórios para fins diversos, etc.), excetuando-se as salas que disponham de instalações sanitárias privativas, em cada pavimento deverá existir obrigatoriamente 01 (um) sanitário masculino e 01 (um) feminino com instalações que atendam à NBR 9050.

Art. 121. O hall de entrada das edificações para fins utilitários deverá ter dimensão mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) quando houver 04 (quatro) pavimentos e 3,00m (três metros), quando houver mais de 04 (quatro) pavimentos.

Art. 122. Nas edificações de mais de 12 (doze) salas, será obrigatória a existência de portaria e de sala destinada a administração do condomínio, com, no mínimo, 6,00m² (seis metros quadrados) e dimensão mínima de 2,00m (dois metros).

Seção II
Das Edificações Para Comercialização de Gêneros Alimentícios

Art. 123. Nas edificações destinadas a restaurantes, casas de chá ou congêneres, o salão de consumação terá o piso revestido de material liso, impermeável, não absorvente, e as paredes até a altura de 2,00m (dois metros) serão revestidas de material impermeável.

Art. 124. Os bares e casas de lanche deverão dispor de lavatório no recinto de uso público, e de uma pia na área de serviço, devendo a parede onde está instalados ser convenientemente revestida com material impermeável.

Art. 125. As edificações destinadas a comércio de gêneros alimentícios deverão satisfazer as seguintes exigências:

I - ter todas as portas e janelas gradeadas, de forma a permitir franca ventilação;

II - ter o pé direito mínimo de 3,00m (três metros);

III - ter o piso impermeável.

Seção III

Dos Postos de Abastecimento de Veículos Com ou Sem Serviços

Art. 126. São admitidos usos mistos com postos de serviços de abastecimento, lubrificação e/ou lavagem de veículos em lotes e edificações localizadas em qualquer zona de uso desde que se trate de usos permitidos na zona, e sejam atendidas, em cada caso, as disposições deste Código e da Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo.

Art. 127. Os postos de serviços e abastecimento de veículos automotores somente poderão funcionar em edificações construídas especificamente para tal fim.

Art. 128. O uso misto de postos de serviço de abastecimento, lubrificação e/ou lavagem de veículos, somente será permitido com as seguintes atividades:

I - loja de conveniências;

II - casa lotérica;

III - farmácia;

IV - floricultura;

V - banca ou barraca de jornais e revistas;

VI - casas de café; e,

VII - lanchonete.

Art. 129. Para a aprovação de postos de serviço de abastecimento, lubrificação e/ou lavagem de veículos com os usos previstos nesta lei deverão ser atendidas as seguintes disposições:

I - as bombas de abastecimento deverão estar distantes no mínimo 4,00m (quatro metros) das demais edificações que abrigarem os usos listados acima;

II - atender às demais exigências estabelecidas pela legislação pertinente para postos de abastecimento de veículos.

Parágrafo único. Os tanques de combustíveis deverão possuir afastamentos mínimos de 4,00m (quatro metros) para as edificações, podendo ser instalados no limite do gradil.

Art. 130. A limpeza, a lavagem e a lubrificação de veículos devem ser feitas em boxes isolados, de modo a impedir que a poeira, óleo e as águas sejam levadas para o logradouro ou neste se acumulem; as águas superficiais serão conduzidas para caixas separadoras de água e óleo, antes de serem lançadas na rede geral.

Art. 131. Fica proibida a construção de postos de abastecimento e serviços:

I - a menos de 50,00m (cinquenta metros) de hospitais, escolas, clubes, igrejas e outros estabelecimentos de grande concentração, para os quais a proximidade se mostre inconveniente ou possa infrin-

gir o conforto ambiental;

II - a menos de 10,00m (dez metros) de residências ou de lotes provenientes de loteamentos residenciais;

III - onde possam causar congestionamento, na área central da cidade;

IV - em esquinas consideradas cruzamentos importantes para o sistema viário;

V - em vias locais.

Parágrafo único. as distâncias indicadas nos itens acima, serão contadas a partir das bombas e tanques de armazenamento de combustíveis. Sempre a que estiver mais próxima.

Art. 132. A autorização para a construção de postos será concedida quando observadas as seguintes condições:

I - para terrenos de esquina, a menor dimensão do terreno, em um dos lados, não poderá ser inferior a 20,00m (vinte e cinco metros);

II - para terrenos de meio de quadra, a testada mínima será de 20,00m (vinte metros);

III - a área do lote nunca deve ser inferior a 500,00m² (quinhentos metros quadrados);

IV - o terreno para implantação de posto de abastecimento, deve manter uma distância, cujo raio mínimo seja de 400,00m (quatrocentos metros) para outro posto de abastecimento, contados a partir das bombas deste para o ponto mais próximo das bombas de outro posto já existente;

Parágrafo único. Os postos de abastecimento de veículos com ou sem serviços atenderão única e exclusivamente aos índices indicados acima, independentemente da área do terreno, desde que atenda a área mínima estabelecida no item III do Artigo 132.

Art. 133. As edificações necessárias ao funcionamento dos postos obedecerão ao recuo mínimo estabelecido para a via, e deverão estar dispostas de maneira a não impedir a visibilidade, tanto de pedestres quanto de usuários.

Art. 134. A cobertura das ilhas das bombas terá altura nunca inferior a 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros), e deverá obedecer ao recuo de 4,00m (quatro metros):

I - quando a cobertura for projetada até o limite do gradil a altura nunca deve ser inferior a 5,50m (cinco metros e cinquenta centímetros);

II - os boxes de lavagem deverão estar recuados, no mínimo, 5,00m (cinco metros) do alinhamento predial do logradouro para o qual estejam abertos.

Art. 135. O rebaixamento dos meios-fios para o acesso aos postos só poderá ser executado mediante as seguintes condições:

I - em postos de meio de quadra, o rebaixamento será feito em dois trechos de, no máximo, 6,00m (seis metros) cada, a partir das divisas laterais do terreno;

II - em postos situados nas esquinas, poderá haver mais de um trecho de 6,00m (seis metros) de meio-fio rebaixado, desde que a uma distância de 5,00m (cinco metros) um do outro, não podendo ser rebaixado o meio-fio no trecho correspondente à curva de concordância das duas ruas.

Seção IV
Das Edificações Para Indústrias

Art. 136. Nenhuma licença para edificações destinadas a Indústrias será concedida sem o prévio estudo de sua localização, levando em conta a natureza dos trabalhos a serem executados pelo estabelecimento e tendo em vista o que preceitua sobre o assunto, o Plano da Cidade.

Art. 137. Nos estabelecimentos já instalados que ofereçam perigo à saúde ou acarretem incômodos à vizinhança, os proprietários serão obrigados a executar os serviços indispensáveis à remoção dos inconvenientes citados.

Art. 138. Haverá, em todas as edificações industriais, instalações sanitárias independentes para servir ao pessoal da administração e dos trabalhadores, separadas por sexo, obedecidas as exigências deste Código, e em atendimento a NBR 9050.

§ 1º Os compartimentos de instalações sanitárias não poderão ter comunicação direta com os locais de trabalho, devendo existir entre eles antecâmara coberta com aberturas para o exterior.

§ 2º Obrigatoriamente, deverão haver, também, vestiários anexos às respectivas instalações sanitárias, com área proporcional ao número de empregados.

§ 3º Nos locais de trabalho, serão obrigatoriamente instalados bebedouros.

Art. 139. Toda edificação destinada à indústria deverá possuir uma pequena enfermaria, com área mínima de 5,00m² (cinco metros quadrados), destinada à prestação dos primeiros socorros de urgência, em caso de acidente.

Art. 140. As edificações industriais deverão dispor de área privativa para carga e descarga de matérias primas e produtos manufaturados, de modo a não prejudicar, de nenhuma maneira, o trânsito de veículos automotores e de pedestres nos logradouros com que se limitem, não podendo ser usado o passeio para tal finalidade.

Art. 141. As edificações destinadas à indústria de gêneros alimentícios, além das exigências deste Código para as edificações industriais em geral, deverão dispor de torneiras e ralos que facilitem, a conveniente higienização dos locais de trabalho, impedindo o escoamento das águas servidas para fora do compartimento.

Parágrafo único. As esquadrias das salas de preparo de produtos alimentícios serão protegidas por telas de malha fina para evitar a penetração de insetos e aves.

Art. 142. Para a instalação de prédio industrial de qualquer seguimento é obrigatório obter o licenciamento ambiental junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

CAPÍTULO XII
Das Edificações Para Fins Culturais e Recreativos

Seção I
Das Edificações Escolares

Art. 143. As portas das salas de aula terão largura mínima de 0,90m (noventa centímetros) e altura mínima de 2,10m (dois metros e dez centímetros).

Art. 144. A edificação escolar destinada ao ensino primário deverá possuir uma copa-cozinha para confecção e distribuição de merenda escolar, devendo ter área proporcional ao número de alunos, não sendo admitida área inferior a 8,00m² (oito metros quadrados), com uma dimensão mínima de 2,00m (dois metros) e devendo obedecer às exigências mínimas deste Código para tais compartimentos.

Art. 145. As instalações sanitárias das edificações escolares serão projetadas nas seguintes proporções, observando o isolamento individual para os vasos sanitários:

I - para o sexo masculino - um mictório e um lavatório por grupo de 30 (trinta) alunos, um vaso sanitário por grupo de 30 (trinta) alunos e um chuveiro por grupo de 50 (cinquenta) alunos ou fração, por turno, contados apenas os alunos do sexo masculino;

II - para o sexo feminino - um lavatório por grupo de 20 (vinte) alunas, um vaso sanitário por grupo de 15 (quinze) alunas e um chuveiro por grupo de 50 (cinquenta) alunas ou fração, por turno, contados apenas os alunos do sexo feminino;

III - observar o que determina a NBR 9050, na instalação de sanitários para atender aos portadores de necessidades especiais.

Art. 146. Em toda edificação escolar é obrigatória a instalação de bebedouros, na proporção de um aparelho por grupo de 50 (cinquenta) alunos.

Art. 147. O reservatório de água deverá ter capacidade correspondente a 20 (vinte litros), no mínimo, por aluno previsto na lotação da escola.

CAPÍTULO XIII
Da Ação Fiscalizadora

Seção I
Da Fiscalização

Art. 148. A Prefeitura, pelos seus agentes, fiscalizará a execução de obras em empreendimentos de urbanização e de edificação de acordo com os projetos aprovados e as exigências deste Código, da Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo e demais legislação urbanística.

§ 1º O servidor responsável pela fiscalização, antes de iniciar qualquer procedimento, deverá identificar - se perante o proprietário da obra, responsável técnico ou seus prepostos.

Art. 149. Fica instituída a vistoria técnica de rotina e a vistoria técnica especial para efeito da manutenção preventiva e periódica das construções e equipamentos públicos e privados efetuada por profissional registrado e habilitado no órgão de fiscalização do exercício profissional.

§ 1º A vistoria técnica de rotina é a realizada sem o emprego de instrumentos de precisão ou equipamentos especiais e será registrada em relatório com documentação fotográfica.

§ 2º A vistoria técnica especial é aquela realizada através de inspeção visual e com o emprego de instrumentos de precisão ou equipamentos especiais, sendo registrada em laudo técnico com documentação fotográfica.

Art. 150. Os proprietários e responsáveis técnicos pelas obras e pelos equipamentos, quaisquer que eles sejam, são obrigados a facilitar por todos os meios, aos agentes fiscalizadores do Município, o acesso à obra para o desempenho de suas funções.

Seção II
Das Infrações

Art. 151. Constitui infração toda ação ou omissão que contraria as disposições deste Código, da Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo ou de outras leis e atos decretados pela Prefeitura Municipal, no exercício regular do seu poder de polícia.

Parágrafo único. A lavratura de Notificação ou de Auto de Infração será motivada por qualquer violação aos dispositivos indicados neste artigo.

Seção III
Das Penalidades

Art. 152 - as Infrações do Presente Código Serão Passíveis de:

I - notificação intimação;

II - auto de infração;

III - multas;

Certificação Digital: OPDCCOSU-TIJDRBB4-5FZACCLD-2ANQHGDH
Versão eletrônica disponível em: https://www.prado.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

IV - embargo;

V - interdição;

VI - demolição.

§ 1º A pena de multa poderá ser imposta cumulativamente com qualquer das outras previstas neste artigo.

§ 2º O notificado terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a partir de sua aplicação para recorrer.

Seção IV
Das Multas

Art. 153. Pelas infrações às disposições deste Código e da Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo e demais legislações urbanísticas, serão aplicadas ao proprietário, a multa proporcional ao padrão construtivo e gravidade da infração cometida, conforme valores constantes do Anexo I desta Lei, após julgado procedente o auto de infração, cuja quitação não exime o saneamento da irregularidade.

§ 1º Para efeito de cálculo do valor da multa, onde diz m² (metro quadrado), refere-se a metragem da área construída.

§ 2º Quando imposta a multa, será dado conhecimento da mesma ao infrator no local da infração ou em sua residência, mediante entrega da segunda via do auto de infração, da qual deverá constar o despacho da autoridade competente que a aplicou.

§ 3º Da data da imposição da multa terá o infrator o prazo de 30 (trinta) dias para efetuar o pagamento, para efeito de recurso.

§ 4º Quando houver a comprovação do saneamento da infração, através de recurso, o infrator terá direito a desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor total da multa.

Art. 154. A multa será aplicada cumulativamente, após julgado procedente o auto de infração e penalidades previstas.

Art. 155. Imposta a multa, o infrator será notificado para que proceda o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

§ 1º A aplicação da multa poderá ter lugar em qualquer época, durante ou depois de constatada a infração.

§ 2º A multa não paga no prazo legal será inscrita em Dívida Ativa.

§ 3º Os infratores que estiverem em débito relativo a multas no Município não poderão receber o Habite-se, quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura Municipal, participar de licitações, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza ou transacionar, a qualquer título, com a administração municipal.

Seção V
Da Notificação

Art. 156. Verificada a infração de qualquer dos dispositivos desta Lei, será o responsável notificado, ficando obrigado a apresentar justificativa no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

Parágrafo único. A notificação poderá ser feita não só no curso da fiscalização, como depois de consumada a infração com a terminação da obra, do ato ou do fato que constituir a mesma infração.

Art. 157. A notificação deverá conter:

I - nome do notificado;

II - local, data e hora da lavratura;

III - descrição do fato que a motivou com indicação do dispositivo legal da fiscalização;

IV - prazo para apresentação da justificativa;

V - assinatura do notificante.

Parágrafo único. A notificação será lavrada em duas vias, sendo a primeira escrita, obrigatoriamente, a tinta ou equivalente e a segunda, por transmissão, por carbono de dupla face. A primeira via será entregue ou remetida ao notificado e a segunda será conservada no talão, sendo todas as vias deste numeradas.

Art. 158. Findo o prazo para apresentação de justificativa, não tendo sido a mesma apresentada ou, se apresentada, não for julgada procedente será lavrado o auto de infração.

Seção VI
Do Auto de Infração

Art. 159. Esgotado o prazo fixado na notificação, sem que a mesma tenha sido atendida, o fiscal lavrará o auto de infração que conterá:

I - dia, mês, hora e lugar em que foi lavrado;

II - nome de quem o lavrou, relatando-se com toda a clareza o fato constante da infração e os pormenores que possam servir de atenuantes ou agravantes à ação;

III - identificação do infrator;

IV - disposições infringidas;

V - assinatura de quem lavrou, do infrator e de (duas) testemunhas capazes, se houver.

§ 1º O Auto de Infração será lavrado em 02 (duas) vias, devidamente assinada.

§ 2º A primeira via será entregue ao infrator e a segunda fará parte do processo administrativo.

Art. 160. Estando ausente o autuado ou recusando-se este a assinar o auto de infração, será o fato averbado pela mesma autoridade que o lavrou, com duas testemunhas, se houver, reputando-se perfeito o documento para os efeitos que se destina enviando-se o mesmo ao autuado para registro postal, com recibo de recepção.

Parágrafo único. Quando for desconhecido ou incerto o endereço do autuado, ou estiver o mesmo fora do Município de Prado, far-se-á a intimação por edital.

Art. 161. O infrator, ou seu representante legal, terá o prazo de 05 (cinco) dias, úteis, para apresentar a defesa,mediante petição dirigida ao Órgão municipal competente, a quem caberá o seu julgamento.

Art. 162. Apresentada a defesa, o Órgão municipal competente, terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apreciá-la e julgá-la, podendo o interessado recorrer, dessa decisão, ao Prefeito Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias, úteis, também por escrito.

Seção VII
Do Embargo

Art. 163. As edificações que estiverem sendo construídas sem projeto ou em frontal desacordo com o projeto aprovado pela Prefeitura Municipal, ou ainda em que for constatado que as construções ofereçem perigo de vida deverão ser imediatamente embargadas.

Art. 164. As obras embargadas deverão ser imediatamente paralisadas e serão obrigadas a se enquadrarem nas disposições do presente Código e da Lei do Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo, para serem liberadas até que sejam satisfeitas todas as exigências que determinaram o embargo.

Art. 165. O embargo da obra será feito pelo fiscal ou funcionário credenciado pela Prefeitura Municipal, por meio de um auto de infração que conterá:

I - dia, mês e ano;

II - nome, assinatura e endereço do autuado;

III - nome e assinatura do autuante;

IV - descrição do fato que motivou o embargo e local;

V - indicação das disposições legais que determinaram o embargo; e

VI - assinatura e endereço de duas testemunhas.

Art. 166. As obras embargadas, cuja regularização não for providenciada pelo infrator dentro do prazo de 10 (dez) dias, úteis, ficarão sujeitas ao pagamento de multa e taxas relativas, além da licença de construção, além de outras obrigações previstas neste Código e da Lei do Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo.

Seção VIII
Da Interdição

Art. 167. Quando for verificado que há prosseguimento de uma obra embargada, dar-se-á interdição da mesma, que se fará por despacho no processo de embargo.

Art. 168. No caso de não ser observada também a interdição da obra, haverá a apreensão do material, que se fará mediante auto, anotando-se os objetos e materiais apreendidos com a estimativa do valor, indicação do lugar onde tenham sido depositados e o nome do depositante, fornecendo-se à parte interessada cópia do referido termo e respectivo enrolamento.

Art. 169. Haverá interdição quando for verificada por vistoria técnica que a execução da obra põe em risco a segurança pública ou do pessoal da obra, ou quando não for cumprido o embargo.

Art. 170. Até cessarem os motivos da interdição será proibida a ocupação permanente ou provisória, sob qualquer título, da obra ou edificação.

Art. 171. No caso do embargo ser lavrado em consequência da falta de estabilidade da edificação, perigando a segurança pública, o auto de embargo será acompanhado da competente interdição que fixará o prazo para que a demolição seja executada.

Seção IX
Da Demolição

Art. 172. Far-se-á a demolição total ou parcial da edificação sempre que:

a) inadaptável às disposições desta Lei e da Lei de Uso e da Ocupação do Solo;

b) comprovada a impossibilidade de recuperação, quando interditada, na forma da seção VIII do art. 169 e 170 desta Lei.

§ 1º Nos casos de demolição previstos neste artigo, o proprietário deverá ser notificado para demolir a construção, estabelecendo o prazo de 15 (quinze) dias corridos para interposição de recurso.

§ 2º Caso não seja interposto recurso, ou sendo este improvido, o proprietário será notificado da decisão, devendo promover a demolição, às suas expensas, no prazo fixado na notificação.

§ 3º Decorrido o prazo estabelecido na notificação sem que a demolição seja efetuada, o Município, através do órgão técnico competente, executará a demolição cobrando as despesas dela decorrentes,

acrescidas de 30% (trinta por cento) do seu valor, como encargos da administração, e sem prejuízo da aplicação da multa estipulada na tabela constante do Anexo I desta Lei.

Art. 173. Toda obra iniciada sem a devida licença em áreas de domínio público pleno, seja ela municipal, e/ou estadual, e/ou federal, promovida os meios necessários para a demolida, imputando-se ao infrator as despesas decorrentes, sem prejuízo da multa referenciada na tabela constante do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Para efeito do disposto nos artigos 180 e 181 desta Lei, o início de obra caracteriza-se pela marcação de gabarito e/ou escavação de fundações.

Art. 174. Cabe recurso, com efeito suspensivo, contra decisão proferida com respaldo nesta Lei e nos regulamentos dela decorrentes, em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data em que tomar conhecimento da penalidade imposta, devidamente instruído com os elementos necessários ao seu exame.

CAPÍTULO XIV
Das Disposições Finais

Art. 175. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Finanças e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 176. Para o fiel cumprimento das disposições desta Lei, o Poder Executivo Municipal poderá, quando necessário, valer-se de mandado judicial, em conformidade com o disposto neste Código.

Art. 177. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prado/BA, 30 de setembro de 2026.

Gilvan da Silva Santos
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA DE PRADO
Nossa cidade, nosso orgulho

ANEXO I
Tabela de Multas

Dispositivo Legal	Natureza da infração	Unidade	Valores (R$/unidade) - Padrão Construtivo		
			Popular	Médio / Bom	Luxo
Art. 2	Executar obra em desacordo com as disposições desta Lei, do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Prado/BA e com a Legislação de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo.	m2 / m3	5,00	9,00	10,00
Art. 3	Executar obra sem responsabilidade técnica.	m2 / m3	5,00	9,00	10,00
Art. 7	Inexistência de Alvará de Licença ou de Autorização, projetos aprovados, quando for o caso, no local de obra. Bem como placa com informações referente a obra conforme modelo fornecido pelo município.	Intervenção	200,00	350,00	600,00
Art.13	Iniciar obra de qualquer natureza, particular ou pública sem a devida licença ou autorização da Prefeitura.	m2 / m3	5,00	9,00	10,00
Art. 31	Realização de obras em desacordo com o projeto aprovado.	m2 / m3	4,00	6,00	8,00
Art. 35	Habitar uma obra após sua conclusão sem o competente Habite-se.	m2	4,00	6,00	7,00
Art. 58	Não executar muros de gradil e passeios em ruas onde existam meios-fios, pavimentação da pista e infraestrutura (água, esgoto e energia) em lotes ainda não edificados, com padrão e alinhamentos fornecidos pelo Município.	m2 / m3	4,00	6,00	7,00

Certificação Digital: OPDCCOSU-TIJDRBB4-5FZACCLD-2ANQHGDH
Versão eletrônica disponível em: https://www.prado.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA DE PRADO
Nossa cidade, nosso orgulho.

Art. 111	Instalar fossa séptica em passeio ou logradouro público, bem como não atender as distâncias mínimas previstas nesta lei.	**Intervenção**	**500,00**	**1.000,00**	**2.000,00**
Art. 115, Art. 116, Art. 117 e Art. 118	Instalar Toldos e Marquises sem a devida licença ou autorização.	Intervenção	500,00	1.000,00	1.500,00
Art. 158	Impedir ou dificultar a ação fiscalizadora da Prefeitura.	Intervenção	1.000,00	2.000,00	3.000,00
Art. 172	Prosseguimento da obra embargada	m2 / m3	6,00	12,00	18,00
Art. 175	Prosseguimento da obra interditada	m2 / m3	9,00	20,00	35,00
Art. 180	Não atendimento dos prazos estabelecidos pela Prefeitura, para demolição de obra não adaptável às normas desta Lei e da Legislação do Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo.	m2 / m3	5,00	8,00	10,00
Art. 181	Ocupar, demarcar ou Iniciar obra sem a devida licença ou autorização em áreas de domínio público.	Intervenção	2.000,00	4.000,00	6.000,00

Prado/BA, 30 de setembro de 2026.

Gilvan da Silva Santos
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA DE PRADO
Nossa cidade, nosso orgulho

LEI MUNICIPAL N° 678/2026

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES MUNICIPAIS, PARA ATENDER EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, MEDIANTE A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILVAN DA SILVA SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE PRADO, ESTADO BAHIA FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1°. Para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, a Prefeitura Municipal de Prado/BA, poderá efetuar contratações de pessoal por tempo determinado, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, nas condições, prazos e procedimentos previstos nesta Lei.

Parágrafo Único. Para as contratações a que se refere o caput, deverá o Poder Executivo diligenciar para que sejam observados critérios objetivos e impessoais de recrutamento, além de dar prévia divulgação de todas as fases e formas do processo de seleção.

Art. 2°. Para os efeitos desta Lei, considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público aquela que, tendo duração determinada ou previsível, não possa ser satisfeita pela Administração Pública com os recursos de pessoal disponíveis no momento de sua ocorrência, ou que não justifique a criação ou provimento de cargos.

Art. 3°. Para efetivação das contratações temporárias, o Poder Executivo realizará processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação prévia, inclusive no órgão oficial de imprensa do Município, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 1°. O edital do processo seletivo simplificado deverá conter, no mínimo:

I - O objeto da contratação temporária;

II - O prazo de validade do processo seletivo simplificado;

III - O prazo de duração do contrato a ser celebrado;

IV - Os critérios objetivos da seleção, os quais deverão estar expressos em cláusulas que explicitem os pressupostos mínimos de contratação, em consonância com a natureza e a complexidade da função a ser desempenhada podendo compreender, conforme a natureza

do cargo ou função, a escolaridade exigida, a formação profissional, a experiência profissional, o tempo de serviço ou de exercício em atividades relacionadas às atribuições do cargo, cursos de aperfeiçoamento e capacitação, bem como outros critérios objetivamente aferíveis e compatíveis com as atribuições da função:

V - A forma de seleção, que deverá ser composta, por prova escrita ou prova de títulos ou cumulativamente, prova escrita e de títulos;

VI - O número de vagas a serem preenchidas;

VII - O percentual destinado aos portadores de deficiência, desde que a deficiência seja compatível com a atividade a ser exercida;

VIII - A função e a carga horária;

IX - A remuneração e as demais vantagens asseguradas aos contratados, em conformidade com as disposições desta Lei; e

X - As etapas do processo de seleção e o respectivo calendário.

§ 2º. Os candidatos selecionados não terão direito adquirido à contratação, podendo ser convocados a qualquer tempo, observado o prazo de validade do processo seletivo simplificado e observada a ordem de classificação.

§ 3º. Para situações de urgência, perigo público iminente e calamidade pública, assim reconhecidas por Decreto do Executivo ou para cargos/funções não típicos da administração que não exijam ensino médio, poderá ser autorizada a realização de processo seletivo simplificado com base em simples análise curricular, que será avaliado pelos secretários municipais em conjunto com o Setor de Recursos Humanos.

Art. 4º. Uma vez expirado o prazo de vigência do processo seletivo simplificado realizado ou esgotadas as vagas ofertadas e permanecendo a necessidade de contratação, outro Processo Seletivo poderá ser realizado, nos termos e condições desta Lei.

Parágrafo Único. O disposto no caput não se aplica em caso de realização de concurso público e suprimento das vagas ofertadas.

Art. 5º. As contratações temporárias, sem exceção, serão efetivadas mediante contrato administrativo.

Art. 6º. As contratações oriundas de processo seletivo simplificado, terão o prazo determinado pelo Edital de Regulamentação, não podendo ultrapassar o prazo de 01 (um) ano, sendo admitida a prorrogação, condicionado às necessidades do serviço do profissional.

§ 1°. O termo inicial do prazo previsto no caput deverá fluir após a data da publicação da homologação do resultado final do processo seletivo simplificado de que trata o Art. 4º desta Lei.

Art. 7°. As contratações de que trata esta Lei somente poderão ser feitas com amparo de dotação orçamentária específica, mediante prévia e expressa autorização do Prefeito Municipal, em procedimento administrativo específico, o qual conterá a justificação acerca da ocorrência das situações que as autorizam.

Art. 8°. É proibida a contratação, na forma desta Lei, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no caput a contratação de servidores enquadrados nas hipóteses previstas no inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, desde que comprovada a compatibilidade de horários.

Art. 9°. É vedado ao pessoal contratado nos termos desta Lei:

I - Receber atribuições de natureza distinta do respectivo contrato, salvo para hipóteses de exercício de funções de direção e assessoramento superior;

Art. 10. O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I - Pelo término do prazo contratual;

II - Por iniciativa do contratado;

III - Por conveniência motivada da Administração Pública contratante;

IV- Pelo cometimento de infração contratual ou legal por parte do contratado, apurada em regular processo administrativo;

V - No caso de ser ultimado, com nomeação de candidatos, o concurso público com vistas ao provimento de vagas correspondentes às funções desempenhadas pelos servidores contratados com base nesta Lei;

VI - Pela extinção da situação ou conclusão do objeto;

VII - Nas hipóteses de o contratado:

a) ser convocado para serviço militar obrigatório, quando houver incompatibilidade de horário;

b) assumir mandato eletivo que implique afastamento do serviço.

VIII - Se o contratado faltar ao trabalho por três dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de 12 meses, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença;

Art.11. As contratações temporárias em vigor serão regidas pelas disposições desta Lei.

Art. 12. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a remanejar as dotações consignadas no orçamento.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prado/BA, 30 de setembro de 2026.

Gilvan da Silva Santos
Prefeito Municipal